

ATA Nº 029/2025	SESSÃO ORDINÁRIA	DATA: 10/11/2025
-----------------	------------------	------------------

As 10 h do dia 10/11/2025, na sala de reuniões do IPASSP-SM, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos na presença da Gestora de Recursos Financeiros, para debaterem os seguintes assuntos:

Pautas:

Item 01 – Avaliação do Relatório Semanal “Focus” do Banco Central do dia 07/11/2025;

Item 02 – Avaliação da atual carteira de investimentos do Fundo de Previdência;

Item 03 – Definição do índice a ser utilizado para aplicação dos recursos a receber no dia 10/11/2025 de aporte financeiro para amortização do passivo atuarial, no montante de R\$ 5.581.352,06.

Resoluções:

Item 01 – O Comitê se reuniu para avaliar as projeções em relação a economia brasileira, considerando informações contidas no Boletim Focus do Banco Central. As expectativas de mercado apresentaram:

MEDIANA – AGREGADO	
Para o ano de 2025:	Para o ano de 2026:
IPCA – Estabilidade	IPCA – Estabilidade
PIB (% de crescimento) – Estabilidade	PIB (% de crescimento) – Estabilidade
Taxa de câmbio (R\$/US\$) – Estabilidade	Taxa de câmbio (R\$/US\$) – Estabilidade
Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade	Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade
IGP-M – Diminuição	IGP-M – Estabilidade
IPCA Administrados (%) – Aumento	IPCA Administrados (%) – Diminuição
Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Estabilidade	Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Diminuição


De acordo com o Boletim Focus, a maioria dos dados mais relevantes a serem analisados pelo Comitê não sofreu alterações de expectativa. As projeções para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2025 e de 2026 se mantiveram em 4,55% e 4,20%, respectivamente. As perspectivas para o crescimento do PIB em 2025 e em 2026 permaneceram em 2,16% e 1,78%, respectivamente. Da mesma forma, o câmbio na relação R\$/US\$ para o fechamento de 2025 e de 2026 continuou sendo precificado em R\$ 5,41 e R\$ 5,50. A perspectiva para a taxa Selic ao final de 2025 permanece em 15% a.a. há vinte semanas e, para 2026, continua em 12,25% a.a. há sete semanas. Já a projeção para o IGP-M de 2025 foi reduzida e agora se estima deflação de 0,22%, ante -0,20% na semana anterior. Para 2026, a expectativa de IGP-M permaneceu em 4,08%. A estimativa para o IPCA administrados em 2025 aumentou de 4,95% para 4,97% de uma semana para outra. Já para 2026, a perspectiva de aumento dos preços administrados se reduziu levemente para 3,86%, ante 3,87% na semana anterior. A projeção para a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em 2025 se manteve em 65,80% do PIB. Para 2026, a expectativa de DLSP diminuiu de 70,11% para 70,10% do PIB. **Item 02** – A carteira de investimentos do Fundo de Previdência apresenta a seguinte composição: **CDI – 72,31%; IPCA+Juros – 21,76%; IRF-M – 4,41% e IRF-M1 – 1,53%**. Na última semana, a curva de juros futuros não apresentou modificações relevantes. No ambiente externo, Estados Unidos e China firmaram uma trégua comercial de 1 ano, com redução de tarifas e outros acordos. Devido à paralisação do governo americano, os dados de inflação do PCE (Índice de Preços de Gastos com Consumo Pessoal) e os dados do mercado de trabalho do relatório *Jolts* (*Job Openings and Labor Turnover Survey*) e do *Payroll* (folha de pagamento) não foram divulgados. O Relatório divulgado pela *Automatic Data Processing* (ADP), em parceria com o *Stanford Digital Economy Lab Nacional*, porém, apresentou criação de 42 mil vagas em outubro no setor privado dos EUA, acima da estimativa de 22 mil postos. Houve, ainda, aumento anual de 4,5% nos salários em outubro, enquanto trabalhadores que mudaram de emprego receberam salários 6,7% maiores. Apesar da limitação nos dados, como esperado, o *Federal Reserve* (*Fed*, banco central nos EUA) realizou um novo corte de 0,25 ponto percentual na taxa de juros básica dos EUA, levando-a para a banda entre 3,75% a 4% a.a. Não houve, porém, indicação dos próximos passos da autoridade monetária, que ficou dividida para os dois lados – um dirigente votou pela queda de 0,50 p.p. e outro pela manutenção. O *Fed*, de qualquer forma, anunciou o fim do *quantitative tightening* (aperto quantitativo) em dezembro, quando os recursos de títulos vencidos passarão a ser reinvestidos em papéis de prazos mais curtos, diminuindo a duração média da carteira. No Brasil, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), houve abertura de 213 mil vagas de trabalho com carteira assinada em setembro, acima da estimativa de 172,5 mil. Contudo, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Continua, a taxa de desemprego se manteve em 5,6% no trimestre encerrado em setembro, ante expectativa de 5,5%. Quanto à inflação, o IPCA-15 de outubro foi de 0,18% – abaixo do 0,25% esperado –, influenciado pelo aumento dos combustíveis e passagens aéreas. Economistas do mercado, no entanto, estão preocupados com o resultado fiscal, especialmente por conta da expansão nas despesas discricionárias que têm pressionado as contas públicas, como as emendas parlamentares, além de despesas com seguro-desemprego, abono salarial, entre

outras, e a percepção de risco em 2026, devido à maior demanda por gastos em um ano eleitoral; enquanto se visualiza uma desaceleração na arrecadação. A Dívida Bruta do Governo Geral chegou a 78,1% do PIB em setembro. O governo central apresentou déficit de R\$ 39,365 bilhões, as estatais tiveram déficit de R\$ 7,963 bilhões e os governos regionais alcançaram superávit de R\$ 14,093 bilhões. No acumulado em 12 meses, o déficit primário do setor público consolidado chegou a R\$ 33,235 bilhões (0,27% do PIB) – até agosto, o déficit era de R\$ 23,1 bilhões (0,19% do PIB). Segundo o jornal Valor Econômico, a surpresa positiva para as contas públicas neste ano pode ser a arrecadação pelo aumento do IOF, que pode chegar a R\$ 15,1 bilhões até dezembro, ante estimativa oficial de R\$ 11,5 bilhões, ou seja, 31% a 39% superior à projeção. Como o tributo incide sobre operações de crédito, câmbio e seguro, tendo arrecadação imediata, alguns economistas atribuem essa ampliação ao aumento do crédito e maior adesão ao consignado privado. Ante esse cenário, em sua reunião na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, como já amplamente esperado, manteve a taxa Selic em 15% a.a. As expectativas estavam voltadas ao seu comunicado, que manteve o tom cauteloso, sem suprimir a indicação de que os juros podem permanecer altos por “período bastante prolongado”, e continuou informando que “não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso julgue apropriado”. Esses pontos contrariaram parte do mercado, que esperava uma suavização no comunicado, visto a maioria das projeções de primeiro corte em janeiro – ou, com menor chance, em dezembro. Outra parte dos agentes, no entanto, percebeu que o Copom reconheceu que a inflação está cedendo, mesmo que lentamente, o que reforçaria o cenário de queda nos juros. Mesmo antes da reunião, os agentes do mercado já vinham postergando suas projeções do momento que iniciará o ciclo de cortes na taxa Selic, mas mantinham a maior probabilidade para janeiro. Após a reunião, porém, as maiores chances do início da flexibilização estão sendo depositadas em março. Na renda variável, o IBOV iniciou novembro com forte alta. O índice já sobe 2,40% no mês, e no ano soma alta de 28,25%, segundo dados do dia 07/11/2025, quando fechou em 154.064 pontos. Quanto à avaliação da carteira de investimentos, esta ainda se encontra com uma composição conservadora, com maior exposição ao CDI – visando garantir o cumprimento da meta atuarial (IPCA+5,05%), de acordo com as expectativas de taxa Selic e inflação do Boletim Focus. O Comitê de Investimentos, porém, considerando o cenário de afrouxamento monetário para o próximo ano, vem sugerindo uma gradual diversificação do portfólio – mas sem necessidade de realocações vultosas para o momento –, já que os agentes se antecipam à decisão do Banco Central e movimentam o mercado, fazendo com que outros índices possam performar melhor. **Item 3** – Dessa forma, em relação aos valores a receber hoje, dia 10/11/2025, referentes ao aporte para amortização do passivo atuarial, no montante de R\$ 5.581.352,06, o Comitê de Investimentos recomenda à Gestora de Recursos a aplicação no Fundo Itaú Soberano Renda Fixa IRF-M1, CNPJ: 08.703.063/0001-16. A sugestão de alocação no índice pré-fixado menos volátil visa prosseguir a adequação da carteira e, ao mesmo tempo, manter a prudência ante oscilações do mercado e cenário macroeconômico. Quanto aos recursos referentes à contribuição patronal normal e à contribuição suplementar em forma de alíquota para amortização do déficit atuarial advindos do IPASS-SM, o colegiado recomenda sua aplicação no Fundo Caixa Brasil Matriz RF, CNPJ: 23.215.008/0001-70, na conta destinada ao fluxo financeiro, de modo a repor uma parcela dos recursos necessários para pagamento da folha de benefícios. Observa-se, adicionalmente, que a contribuição dos servidores e os recursos patronais livres, oriundos do Poder Executivo, normalmente recebidos pelo RPPS, respectivamente, até dia 5 e dia 10 do mês subsequente, foram repassados no dia 30/10/25 – dentro de seu mês de competência –, a fim de serem utilizados para o pagamento da folha de benefícios do mês de outubro/25. Nada mais a constar, encerra-se a presente ata que é assinada pelos membros presentes e encaminhada à Gestora do RPPS para homologação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS				
Representantes	Adriano Scherer Silveira da Silva	Presidente e Analista	CP RPPS CGINV I	
	Francine Vanessa Ziani	Analista e Secretária	CP RPPS CGINV I	
	Ivanderson Pedroso Leão	Analista	CP RPPS CGINV I	
	Luziane Rocha de Oliveira	Analista	CP RPPS CGINV I	

Próxima Sessão Ordinária: 18/11/2025

De acordo: 10/11/25.


Alexandre Niederauer
Gestor de Recursos Financeiros, em exercício
CP RPPS CGINV I

ATA Nº 030/2025	SESSÃO ORDINÁRIA	DATA: 18/11/2025
-----------------	------------------	------------------

Às 14 h, do dia 18/11/2025, na sala de reuniões do IPASSP-SM, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos, na presença da Gestora de Recursos Financeiros, em conjunto com o representante da empresa Gestor Um Consultoria Financeira Ltda., Sérgio Stifelmann, o qual participou de forma remota, para debaterem os seguintes assuntos:

Pautas:


Item 01 – Avaliação do Relatório Mensal de Investimentos do RPPS de Outubro/2025, elaborado pela empresa Gestor Um Consultoria Financeira Ltda.;

Item 02 – Avaliação da composição atual da carteira de investimentos.

Resoluções:

Item 01 – A reunião foi iniciada, com o presidente do Comitê de Investimentos, Adriano Scherer, passando a palavra ao representante da Empresa Gestor Um Consultoria para apresentar o Relatório Mensal de Investimentos do RPPS referente a outubro de 2025. Iniciando sua apresentação, Sérgio Stifelmann destacou o resultado da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, que auferiu rentabilidade de 1,22% em outubro, ante uma meta atuarial de 0,50% para o mês. Para Sérgio, o último trimestre do ano começou de forma positiva para o desempenho dos ativos nacionais e estrangeiros. No cenário internacional, prevalece a estabilidade, com a política monetária dos Estados Unidos beneficiando economias subdesenvolvidas, como a brasileira. Os indicadores de desempenho da economia norte-americana seguem apontando um enfraquecimento da atividade do país. Esta desaceleração, no entanto, parece ser controlada, de forma que a possibilidade de uma recessão nos EUA (e no mundo) parece cada vez mais distante. Isto posto, o *Federal Reserve (Fed)*, banco central nos EUA) cortou mais uma vez a taxa de juros do país, em 0,25 ponto percentual, em linha com as expectativas do mercado financeiro. Esta medida ocorreu mesmo em um cenário de *shutdown* do orçamento público (paralisação de serviços não essenciais por falta de acordo entre Congresso e Executivo sobre a política orçamentária), o que suspendeu a divulgação de alguns dados macroeconômicos. Há, no entanto, um grau razoável de incerteza sobre a dinâmica de curto prazo, visto que antes do final deste ano haverá uma troca na presidência do *Fed*. A depender do nome escolhido e da movimentação política que envolva este processo, o mercado poderá interpretar que haverá influência do Executivo sobre as decisões futuras da instituição. No âmbito doméstico, o cenário econômico também é de estabilidade, com o aparente arrefecimento do mercado de trabalho e com a perspectiva (em função da proximidade do final do ano), por parte do governo, de que haverá cumprimento das metas fiscais em 2025. O recuo da inflação em outubro também contribuiu para este cenário, com o IPCA crescendo 0,09% no mês, o que deve levar as expectativas de inflação para dentro do intervalo de tolerância da meta anual. Com isso, o debate público se voltou para o cenário eleitoral de 2026, em um contexto de forte repercussão da operação policial no Rio de Janeiro, ocorrida no início de novembro. O embate entre o governador do RJ, Cláudio Castro, e partidos de esquerda mexeu os ponteiros das próximas eleições presidenciais, ao passo que os índices de popularidade de Lula recuaram. Ainda é cedo para afirmar que essa será uma tendência até as eleições, mas possivelmente esta será uma das pautas do debate eleitoral no próximo ano. Os ativos de renda fixa do mercado doméstico tiveram valorização razoável em outubro, com destaque para os pré-fixados. O IRF-M1+ e o IRF-M cresceram 1,41% e 1,37% no mês, acumulando 17,87% e 15,93% em 2025, respectivamente. Ambos superaram o CDI, que subiu 1,28% em outubro e acumula 11,77% em 2025. Prejudicados pela baixa inflação, os índices híbridos tiveram desempenhos mais modestos, com o IMA-B5+ e o IMA-B crescendo 1,06% e 1,05% no mês, respectivamente. O Ibovespa, por sua vez, vem renovando máximas históricas desde meados de outubro, valorizando-se 2,26% no mês e 24,32% em 2025. **Item 02** –

Finalizada a apresentação do Relatório de Investimentos do mês de outubro/2025, os membros do Comitê de Investimentos passaram a avaliar a atual composição da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, a qual apresenta a seguinte distribuição: **CDI – 71,28%; IPCA+Juros – 21,39%; IRF-M – 4,36%; e IRF-M1 – 2,96%.** Quanto a avaliação da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, esta se encontra com uma alocação estratégica, com substancial participação do índice menos volátil do mercado, o CDI. Esta alocação planejada para 2025 vem obtendo resultado que supera a meta atuarial (IPCA + 5,05%), de acordo com o já esperado ante as expectativas do Boletim Focus para a Taxa Selic e o IPCA para este ano. Visto a incerteza macroeconômica e a taxa de juros básica da economia mantida elevada durante o período, manteve-se um posicionamento prudente, que vem sendo debatido constantemente pelo Comitê, ao passo que uma adequação na carteira é necessária para se posicionar ao cenário de corte na taxa de juros que está projetado para o próximo ano. Nesse momento, porém, o Comitê entende que não são necessárias vultosas realocações, mas afirma que se manterá vigilante ao momento de se posicionar mais substancialmente para aproveitar a tendência de queda nos juros, realizando investimentos em instrumentos que se beneficiam desse cenário. Nada mais a constar, encerra-se a presente ata que é assinada pelos membros presentes e encaminhada à Gestora do RPPS para homologação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS				
Representantes	Adriano Scherer Silveira da Silva	Presidente e Analista	CP RPPS CGINV I	
	Alexandre Niederauer	Analista	CP RPPS CGINV I	Ausente
	Francine Vanessa Ziani	Analista e Secretária	CP RPPS CGINV I	
	Ivanderson Pedroso Leão	Analista	CP RPPS CGINV I	Ausente
	Luziane Rocha de Oliveira	Analista	CP RPPS CGINV I	

Próxima Sessão Ordinária: 25/11/2025.

De acordo: 18/11/25.



Fabiana Neves de Vargas
Gestora de Recursos Financeiros
CP RPPS CGINV I

ATA Nº 031/2025

SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 25/11/2025

Às 14h do dia 25/11/2025, na sala de reuniões do IPASSP-SM, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos na presença da Gestora de Recursos Financeiros, para debaterem os seguintes assuntos:

Pautas:**Item 01** – Avaliação do Relatório “Focus” Semanal do Banco Central do dia 21/11/2025;**Item 02** – Avaliação da atual carteira de investimentos do Fundo de Previdência do IPASSP-SM, bem como definição dos recursos para pagamento da folha de benefícios previdenciários do mês de novembro/2025;**Item 03** – Aplicação dos recursos de contribuições dos servidores, com recebimento até 05/12/2025.**Resoluções:****Item 01** – O Comitê se reuniu para avaliar as projeções em relação a economia brasileira, considerando as informações contidas no Boletim Focus do Banco Central. As expectativas de mercado apresentaram:

MEDIANA – AGREGADO	
Para o ano de 2025:	Para o ano de 2026:
IPCA – Diminuição	IPCA – Diminuição
PIB (% do crescimento) – Estabilidade	PIB (% do crescimento) – Estabilidade
Taxa de câmbio (R\$/US\$) – Estabilidade	Taxa de câmbio (R\$/US\$) – Estabilidade
Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade	Taxa Selic (Final do período) – Diminuição
IGP-M – Diminuição	IGP-M – Diminuição
Preços Administrados (%) – Aumento	Preços Administrados (%) – Diminuição
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB) – Estabilidade	Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Estabilidade


De acordo com o Boletim Focus, a projeção dos agentes em relação ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2025 foi reduzida para 4,45%, ante 4,46% na semana anterior. Para 2026, a expectativa de aumento no índice de preços também foi minimizada, de 4,20% para 4,18%, de uma semana para outra. As perspectivas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025 e em 2026 se mantiveram inalteradas em 2,16% e 1,78%, respectivamente. As expectativas para o fechamento do câmbio também não sofreram ajustes, sendo esperado que a precificação do dólar seja de R\$ 5,40 em 2025 e R\$ 5,50 em 2026. Em relação a taxa de juros básica da economia, a projeção para a Selic terminal de 2025 permaneceu em 15% a.a. Para 2026, a estimativa para a taxa Selic foi reduzida de 12,25% a.a. para 12% a.a. A expectativa para o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) em 2025 caiu de uma deflação de 0,32% para -0,41%. Para 2026, também houve queda na perspectiva de IGP-M, para uma inflação de 4%, ante 4,02% na semana anterior. Em relação ao IPCA administrados, a projeção para 2025 foi ampliada, de 5,06% para 5,13%. Para 2026, o mercado diminuiu a projeção de alta nos preços administrados, de 3,86% para 3,80%. As expectativas de Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) para 2025 e 2026 se mantiveram em 65,83% do PIB e 70,10% do PIB, respectivamente. **Item 02** – A carteira de investimentos do Fundo de Previdência, apresenta a seguinte composição: **CDI – 71,31%; IPCA+Juros – 21,35%; IRF-M – 4,37% e IRF-M1 – 2,96%**. A curva de juros futuros, que havia arrefecido na semana anterior, não apresentou movimentações significativas na semana passada. Nos Estados Unidos, para acabar com o *shutdown* (paralisação do governo devido ao bloqueio orçamentário), o Senado – e posteriormente a Câmara – aprovou um acordo de compromisso, no qual ficou restabelecido o financiamento para agências federais, impediu demissões até 30 de janeiro – mantendo o governo federal no caminho de adicionar cerca de US\$ 1,8 trilhão por ano à sua dívida de US\$ 38 trilhões –, garantiu o subsídio alimentar até 30 de setembro de 2026 e previu uma votação sobre os subsídios de saúde em dezembro. A divulgação de informações econômicas, porém, não retornou a normalidade devido à falta da coleta de dados durante o período de paralisação, tendo o Escritório de Estatísticas Laborais informado que não divulgará o relatório de empregos ou de inflação ao consumidor de outubro. Essa falta de visibilidade sobre a economia tem afetado o *Federal Reserve* (*Fed*, banco central dos EUA), o qual tem sua próxima decisão indefinida, com alguns dirigentes ainda defendendo um corte adicional de 0,25 ponto percentual na taxa de juros básica em dezembro, devido ao mercado de trabalho enfraquecido (de acordo com dados do setor privado), mas sem direcionamento para a reunião de janeiro. Em âmbito comercial, os EUA decidiu reduzir a sobretaxa de 40% para alguns produtos importados do Brasil, mais de 200 itens tiveram a alíquota zerada. Internamente, foi divulgada a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), reafirmando o compromisso com a ancoragem da inflação, conforme o comunicado, mas com um tom mais leve que nas atas anteriores. O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, em eventos, pronunciou-se sobre a tentativa dos agentes de interpretar as comunicações da autoridade monetária, informando que o Copom não busca dar sinais de seus próximos passos, mas age conforme os dados. Em relação a estes, o IPCA de outubro subiu 0,09%, abaixo das expectativas de 0,14%, somando alta de 4,68% em 12 meses, abaixo das expectativas (4,74%) e do resultado no mês anterior (5,17%) – aproximando-se do limite superior da meta, 3% com margem de 1,5 p.p. O Índice de Difusão se manteve em 52,3% dos bens e serviços. A arrecadação federal somou R\$ 261,908 bilhões em outubro, maior patamar para o mês na série histórica. A Instituição Fiscal Independente (IFI), em seu Relatório de Acompanhamento Fiscal, apontou para a possibilidade de cumprimento da meta

fiscal em 2026, caso sejam aprovadas medidas de arrecadação que incrementariam R\$ 19 bilhões ao orçamento, mas ainda tramitam no Congresso Nacional – como o fim de algumas isenções de impostos e tributação/aumento sobre LCAs, LCIs, BETs, e *fintechs*. A IFI, porém, não prevê um ajuste fiscal que possa estabilizar a dívida pública e possibilitar ao governo investir no país e alerta para o risco de credibilidade da política fiscal, que constantemente abre exceções para gastos fora do limite do arcabouço. Já no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º bimestre, o governo pontuou a necessidade de contenção de R\$ 7,7 bilhões em gastos, menos que os R\$ 12,1 bilhões da avaliação anterior. Com isso, a previsão para o resultado primário de 2025 passou para um déficit de R\$ 34,3 bilhões, abaixo do limite inferior da meta fiscal, de -R\$ 31 bilhões. Ficarão fora desse cômputo os desembolsos com precatórios e reembolsos de aposentados que tiveram descontos indevidos, na soma de R\$ 44,5 bilhões. Considerando o empoçamento, após o Relatório, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o governo cumprirá a meta fiscal de 2025, mas, para 2026, ainda será preciso R\$ 30 bilhões em receitas pendentes de aprovação do Congresso (mais que na avaliação da IFI). Além disso, Durigan pontuou que a crise dos Correios pode afetar as contas públicas se o plano de reestruturação não for bem-sucedido. Esses dados e informações têm estado nas avaliações do mercado, que na renda variável, ponderou mais fortemente seus aspectos positivos, com novembro seguindo na tendência de alta. No mês, o Ibovespa sobe 3,84% e soma 29,09% no ano, chegando aos 155.278 pontos, segundo dados do dia 24/11/2025. Quanto à avaliação da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, esta se encontra concentrada no índice CDI, devido ao alto patamar da Selic e a manutenção de uma carteira conservadora. Porém, de forma a se posicionar para o próximo ano ante as expectativas do mercado de queda da taxa básica de juros, novamente, o Comitê debateu a possibilidade e o momento para realocações. Os membros concluíram pela não realização de qualquer realocação nesta reunião, reafirmando que serão mantidas as atenções sobre o cenário macroeconômico, assim como sobre o controle dos investimentos advindos de recursos de aportes para o equacionamento do déficit atuarial (que devem ser mantidos, no mínimo, por 5 anos, conforme inciso II, § 8º do art. 55 da Portaria MTP nº 1.467/2022) para, na próxima reunião, tomar uma decisão mais acertada acerca da diversificação da carteira. Em relação ao resgate para pagamento da folha de benefícios previdenciários do mês de novembro/25, no montante de R\$ 21.554.544,90, o Comitê de Investimentos sugere à Gestora de Recursos unicamente o resgate total dos recursos aplicados no Fundo Caixa Brasil Matriz RF da conta de fluxo financeiro, cujo montante, em 24/11/2025, se encontrava em R\$ 1.254.401,07 – tendo em vista que 97,93% dos recursos investidos tem origem em aportes. Adicionalmente, caberá ao Poder Executivo efetuar o repasse dos recursos para complementar o montante necessário para o pagamento dos benefícios previdenciários. Quanto ao resgate necessário para cobrir a folha de pagamento de servidores ativos do IPASSP-SM, o Comitê recomenda o resgate do Fundo BB Previdenciário Perfil, vinculado à taxa de administração. **Item 03** – Quanto aos recursos previdenciários de contribuição dos servidores e eventuais repasses de contribuição patronal e de alíquota suplementar para amortização do déficit atuarial, recebidos até o dia 05/12/25, o Comitê sugere aplicação no Fundo Caixa BR Matriz RF, vinculado à conta destinada ao fluxo financeiro, a fim de recompor parte dos valores para pagamento da folha de benefícios. Em relação a eventuais recursos que porventura venham a ser recebidos até o dia 05/12/25, referentes a aportes preestabelecidos para amortização do déficit atuarial, sugere-se a aplicação no Fundo Itaú Soberano Renda Fixa IRF-M1, cujo *benchmark* é o índice pré-fixado de curto prazo de menor risco, de modo a auxiliar na diversificação e aumentar seu percentual na carteira de investimentos do IPASSP-SM. Nada mais a constar, encerra-se a presente ata, que é assinada pelos membros presentes e encaminhada à Gestora para homologação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS				
Representantes	Adriano Scherer Silveira da Silva	Presidente e Analista	CP RPPS CG INV I	
	Alexandre Niederauer	Analista	CP RPPS CG INV I	
	Francine Vanessa Ziani	Analista e Secretária	CP RPPS CG INV I	
	Ivanderson Pedroso Leão	Analista	CP RPPS CG INV I	
	Luziane Rocha de Oliveira	Analista	CP RPPS CG INV I	

Próxima Sessão Ordinária: 09/12/2025

De acordo: 25/11/25.


Fabiana Neves de Vargas
Gestora de Recursos Financeiros
CP RPPS CGINV I